



20 JUL. 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nº 46/2012

PROJETO DE LEI Nº 054/2012

Dispõe sobre a destinação final de sobras e de embalagens de produtos agrotóxicos e afins.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
DECRETA:**

Art. 1º Esta lei disciplina a destinação final de sobras e de embalagens de produtos agrotóxicos e afins, dispondo sobre as obrigações do usuário na limpeza dos recipientes e na sua remessa aos estabelecimentos comerciais, postos de recebimento e centros de recolhimento de embalagens vazias.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - agrotóxicos e afins - produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, desseccantes, estimuladores e inibidores de crescimento;
- II - centro ou central de recolhimento - estabelecimento mantido ou credenciado por um ou mais fabricantes e registrantes, ou conjuntamente com comerciantes, ou ainda por associações de agricultores, destinado ao recebimento e armazenamento provisório de embalagens vazias de agrotóxicos e afins dos estabelecimentos comerciais, dos postos de recebimento ou diretamente dos usuários;
- III - comercialização - operação de compra, venda ou permuta dos agrotóxicos, seus componentes e afins;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- IV - controle - verificação do cumprimento dos dispositivos legais e requisitos técnicos relativos a agrotóxicos, seus componentes e afins;
- V - embalagem - invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a conter, cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter os agrotóxicos, seus componentes e afins;
- VI - Equipamento de Proteção Individual (EPI) - todo vestuário, material ou equipamento destinado a proteger pessoa envolvida na produção, manipulação e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins;
- VII - posto de recebimento - estabelecimento mantido ou credenciado por um ou mais estabelecimentos comerciais ou conjuntamente com os fabricantes, destinado a receber e armazenar provisoriamente embalagens vazias de agrotóxicos e afins devolvidas pelos usuários;

Art. 3º Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, no prazo de até 1 (um) ano, contado da data de sua compra.

§ 1º Se, ao término do prazo de que trata o caput, remanescer produto na embalagem, ainda no seu prazo de validade, será facultada a devolução da embalagem em até 6 (seis) meses após o término do prazo de validade.

§ 2º É facultada ao usuário a devolução de embalagens vazias a qualquer posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado por órgão ambiental competente e credenciado por estabelecimento comercial.

§ 3º Os usuários deverão manter à disposição dos órgãos fiscalizadores os comprovantes de devolução de embalagens vazias, fornecidas pelos estabelecimentos comerciais, postos de recebimento ou centros de recolhimento, pelo prazo de, no mínimo, 2 (dois) anos, após a devolução da embalagem.

§ 4º No caso de embalagens contendo produtos impróprios para utilização ou em desuso, o usuário observará as orientações contidas nas respectivas bulas, cabendo às empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras,



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

promover o recolhimento e a destinação admitidos pelo órgão ambiental competente.

§ 5º As embalagens rígidas, que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água, deverão ser submetidas pelo usuário à operação de tríplice-lavagem, ou tecnologia equivalente, conforme orientação constante de seus rótulos, bulas ou folheto complementar.

§ 6º Os usuários de componentes deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos onde foram adquiridos e, quando se tratar de produto adquirido diretamente do exterior, incumbir-se de sua destinação adequada.

§ 7º Em todas as etapas do processo de devolução que impliquem no manuseio das embalagens pelos usuários ou demais agentes, é obrigatório o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais deverão dispor de instalações adequadas para recebimento e armazenamento das embalagens vazias devolvidas pelos usuários, até que sejam recolhidas pelas respectivas empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, responsáveis pela destinação final dessas embalagens.

§ 1º Se não tiverem condições de receber ou armazenar embalagens vazias no mesmo local onde são realizadas as vendas dos produtos, os estabelecimentos comerciais deverão:

I - credenciar posto de recebimento ou centro de recolhimento, previamente licenciados, cujas condições de funcionamento e acesso não venham a dificultar a devolução pelos usuários.

II - providenciar veículo adequado para efetuar o recolhimento das embalagens junto aos usuários e a sua entrega no centro ou central de recolhimento.

§ 2º Deverá constar na nota fiscal de venda dos produtos o endereço para devolução da embalagem vazia, devendo os usuários ser formalmente comunicados de eventual alteração no endereço.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais, postos de recebimento e centros de recolhimento de embalagens vazias fornecerão comprovante de recebimento das embalagens onde deverão constar, no mínimo:

I - nome da pessoa física ou jurídica que efetuou a devolução;

II - data do recebimento; e

III - quantidades e tipos de embalagens recebidas.

Parágrafo único. Deverá ser mantido à disposição dos órgãos de fiscalização ou inspeção sistema de controle das quantidades e dos tipos de embalagens recebidas em devolução, com as respectivas datas.

Art. 6º Os estabelecimentos destinados ao desenvolvimento de atividades que envolvam embalagens vazias de agrotóxicos, componentes ou afins, bem como produtos em desuso ou impróprios para utilização, deverão obter licenciamento ambiental.

Art. 7º As empresas titulares de registro, produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pelo recolhimento, pelo transporte e pela destinação final das embalagens vazias, devolvidas pelos usuários aos estabelecimentos comerciais ou aos postos de recebimento, bem como dos produtos por elas fabricados e comercializados:

I - apreendidos pela ação fiscalizatória; e

II - impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reciclagem ou inutilização, de acordo com normas e instruções dos órgãos registrante e sanitário-ambientais competentes.

§ 1º As empresas titulares de registro, produtoras e comercializadoras de agrotóxicos e afins, podem instalar e manter centro de recolhimento de embalagens usadas e vazias.

§ 2º O prazo máximo para recolhimento e destinação final das embalagens pelas empresas titulares de registro, produtoras e comercializadoras, é de 1 (um) ano, a contar da data de devolução pelos usuários.

§ 3º Os responsáveis por centros de recolhimento de embalagens vazias deverão manter à disposição dos órgãos de fiscalização sistema de controle das



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

quantidades e dos tipos de embalagens, recolhidas e encaminhadas à destinação final, com as respectivas datas.

Art. 8º Quando o produto não for fabricado no País, a pessoa física ou jurídica responsável pela importação assumirá, com vistas à reutilização, reciclagem ou inutilização, a responsabilidade pela destinação:

I - das embalagens vazias dos produtos importados e comercializados, após a devolução pelos usuários; e

II - dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso.

Parágrafo único. Tratando-se de produto importado submetido a processamento industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrante definir a responsabilidade de que trata o *caput*.

Art. 9º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, e suas embalagens, apreendidos por ação fiscalizadora terão seu destino final estabelecido após a conclusão do processo administrativo, a critério da autoridade competente, cabendo à empresa titular de registro, produtora e comercializadora a adoção das providências devidas e, ao infrator, arcar com os custos decorrentes.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver possibilidade de identificação ou responsabilização da empresa titular de registro, produtora ou comercializadora, o infrator assumirá a responsabilidade e os custos referentes a quaisquer procedimentos definidos pela autoridade fiscalizadora.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, em 20 de Julho de 2012.

EVERALDO DOS SANTOS
Vereador do município de Fundão/ES (PSB)



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

É do conhecimento de todos, e por certo não escapa à sensibilidade dos Edis desta Casa de Leis, uma das bases mais importantes da economia do Município de Fundão é a atividade agrícola/agropecuária exercida em sua maioria por pequenos produtores.

Sabedores que, o município de Fundão não possui nenhuma política que regulamente a comercialização de agrotóxicos e o acondicionamento das embalagens contendo sobras, ou vazias, nas propriedades rurais dentro das normas estabelecidas por legislação própria, e a falta de fiscalização por parte da administração municipal quanto aos procedimentos adequados no descarte correto das embalagens vazias, e ainda, a não mistura dessas embalagens com os resíduos sólidos domésticos ocasionando uma possível contaminação do solo e do lençol freático.

Visando o desenvolvimento de uma consciência ambiental e social e a preocupação com o problema gerado pela manipulação descontrolada de produtos agrotóxicos, é necessário o estímulo aos produtores e a conscientização da sociedade visando o aumento do nível de comprometimento com a preservação do meio ambiente e com a saúde do município.

Para tanto, a adoção de medidas – tanto no âmbito local e regional, quanto no âmbito federal – várias delas inclusive encontram-se contidas em novas imposições legais, como a Lei Federal Nº 7802/89 e o Decreto Federal Nº 4074/2002.

Dessa feita, cuida o presente Projeto de Lei estipular providências e cuidados necessários para a destinação de embalagens de produtos agrotóxicos. A dispersão dessas embalagens na natureza tem um potencial de dano ao meio ambiente que não pode ser desprezado. Ademais, trata-se de invólucros portadores de veneno que podem se tornar letal ao ser humano e outros animais, ainda de que absorvido de modo indireto, tendo em vista que podem provocar intoxicações agudas, subagudas ou crônicas.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

É necessário, então, que a lei, e somente esta pode fazê-lo em função do Princípio da Legalidade, venha a estipular responsabilidade aos diferentes personagens que integram a cadeia do agrotóxico, desde sua formulação até o desfecho da embalagem utilizada.

Diante das argumentações acima aduzidas, verificamos que o nosso município precisa de uma lei efetiva que observa e antevê as problemáticas envolvidas na gestão do descarte dessas embalagens.

Pelas razões apresentadas, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares à conversão deste projeto em Lei, visando unicamente o desenvolvimento de nosso município.

EVERALDO DOS SANTOS
Vereador do município de Fundão/ES (PSB)